

---

**GUDIN**

---

**MARIO**

---

**BULHÕES  
PEDREIRA**

---

APRESENTAÇÃO

**CARLOS IVAN SIMONSEN LEAL**



**A** obra “Gudin-Mario-Bulhões Pedreira – Cem Anos de Modernização do Estado Brasileiro” resgata a história de uma tríade que teve grande importância na institucionalização modernizadora do país nas décadas de cinquenta, sessenta e setenta. Coube a Eugênio Gudin Filho, Mario Henrique Simonsen e José Luiz Bulhões Pedreira se debruçarem sobre um amálgama de problemas, cuja solução, em última instância, implicou uma verdadeira refundação da Economia brasileira.

O trabalho, as ideias e ideais que os conduziram formam uma história longa e complexa, cujas raízes são muito antigas, e estão cuidadosamente relatados na preciosa edição de Luiz Cesar Faro e Coriolano Gatto. Os três personagens nos remontam à constatação de que o desenvolvimento do Brasil como potência passa pelo desenvolvimento econômico e social e que, para formular e implementar estratégias, é necessário ter instrumentos, isto é, instituições e regras que orientem e alavanquem o esforço nacional.

O trabalho de escrever uma introdução para esta obra é, portanto, difícil, posta a complexidade de situações que os personagens desta distinta trilogia enfrentaram e as suas longas carreiras abrangendo décadas. Muito já foi escrito sobre os três e se algo original ainda pode ser dito, talvez seja sobre como a formação de cada um afetou o que fizeram depois.

## EUGÊNIO GUDIN

O primeiro personagem da trilogia, Eugênio Gudin Filho, é filho de um francês e bisneto de um general de Napoleão Bonaparte. Dele, Carlos Castello Branco disse: “...*Ele é mestre de duas ou três gerações ...*”<sup>1</sup>

Pode-se, com certeza, afirmar que ele teve a melhor formação possível para um jovem brasileiro que desejasse estudar ciências exatas no início do século XX: cursou a Escola Politécnica no Rio de Janeiro e, depois, completou seus estudos numa das Grands Écoles de Engenharia francesas. Ele começou seus estudos superiores com 14 anos e se formou com 19, tendo sido o melhor aluno da atual EP da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Na França, no início do século passado, onde e quando deve ter tido o seu primeiro contato com a Economia, era nas escolas de Engenharia como a École des Mines e Ponts et Chaussées que vicejava e se desenvolvia o melhor da cultura francesa de Economia da época.

Ao contrário do pensamento anglo-saxão de Economia, o pensamento francês era muito ligado a ideias como as do arranjo do território (*aménagement du territoire*), boa gestão de projetos e os mecanismos de incentivos e governança. No Brasil, estas ideias haviam começado a ser introduzidas pelas sucessivas levas de alunos da antiga escola Central, enviados pelo Visconde do Rio Branco para trazer o que mais moderno existisse em Engenharia, Tecnologia e Gestão.<sup>2</sup>

---

1. Prefácio ao livro Reflexões e Comentários – Eugênio Gudin, Editora Nova Fronteira 1978.

2. A partir de meados da década de 1860, o governo imperial estimulará a ida de alguns dos mais brilhantes alunos da Escola Central para Paris a fim de aprenderem o que de melhor havia em Engenharia na época. Trata-se de homens como: André e Antônio Rebouças Filho, Raymundo Belford Roxo, Paulo de Frontin, Pereira Passos, entre outros, que ao voltarem refundarão a Engenharia brasileira.

Formado muito jovem, Gudin se revelará um excelente engenheiro, um notável administrador e depois, na sua meia-idade, dedicar-se-á ao estudo e ensino da Economia, que era uma disciplina praticamente desconhecida no Brasil antes dele.

Com sua extraordinária capacidade, ele trouxe em uma série de obras notáveis o estado da arte da Economia no mundo da sua época. Notável o seu livro de Economia Monetária, cuja primeira edição é de 1952, fruto de um poder de síntese fantástico e da possibilidade de lançar um olhar para fora a fim de construir o futuro.

Lembrando que a criação do Banco Central do Brasil é de meados da década de 1960 e que a sua predecessora, a SUMOC, é da década de 1950, vemos o quanto ele estava à frente do seu tempo e como foi importante para provocar discussões sobre as instituições brasileiras, no caso, a criação do órgão de controle da moeda no país.

É nítida a influência de Gudin no desenvolvimento das áreas de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

De fato, a criação do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) em 1951, fruto de um processo natural que começa com a coleta sistemática de informação para o cálculo de índices de preços a partir de 1948, marca o momento em que o país pela primeira vez vai calcular com rigor as suas Contas Nacionais.

Era o economista com alma de engenheiro em ação. Os fatos vinham primeiro. Boa gestão, e era disso que se tratava, não podia ser feita em cima de achismos. Era preciso medir. Essa cultura permeou e permeia o etos da FGV até hoje.

Eu me recordo dele na casa da minha avó – Gudin era primo-irmão de meu avô, de quem era muito amigo. Lembro de uma das últimas festas de aniversário de minha avó, quando ele se aproximou de uma roda de jovens onde eu estava e me chamou a um canto: queria saber a quantas andava o ensino de Matemática na Politécni-

ca. Foi um verdadeiro exame. Até hoje não sei se ele queria saber o que se estudava, ou se, de fato, queria verificar o que eu sabia ou não.

Há uma grande característica comum a ele e aos outros dois personagens deste livro (Mario Henrique Simonsen e Bulhões Pedreira): a formação excepcional. Uma rara capacidade técnica ligada a uma cultura profunda e o dom da simplificação de temas complexos. Gudin era um dos homens mais famosos do Brasil e não se furtava a conversar com garotos de 19 anos sobre Cálculo Diferencial e Integral como se estivesse falando com os iguais. A essa formação somava-se uma grande cultura de projeto de engenharia. No seu pensamento seminal, tudo tinha que ter um propósito – um início, um meio e um fim.

Como verdadeiro liberal que era, se preocupava com a estruturação dos instrumentos de gestão e com os princípios que deveriam ser seguidos para o seu bom uso. Acreditava que a ação do Estado devia ser equilibrada, buscando gerar previsibilidade e sustentar a iniciativa privada. Seu longo embate intelectual com Roberto Simonsen é um bom exemplo das suas crenças sobre como o Brasil deveria conduzir a sua estratégia como país.

Passados mais de trinta anos de sua morte, não custa lembrar, a sua eterna pregação contra os excessos de intervencionismo estatal, o vício de, continuamente, se gastar mais do que se arrecada, a má gestão dos conflitos entre o público e privado, as ilusões populistas do socialismo utópico, o perigo de se conformar com soluções medíocres para não ter que enfrentar os verdadeiros problemas etc.

\* \* \*

## MARIO HENRIQUE SIMONSEN

Mario Henrique Simonsen ainda era muito jovem quando a Fundação Getúlio Vargas foi criada por Luiz Simões Lopes em 1944. Ele tinha 9 anos. Sua família, por parte de pai, era de origem dinamarquesa, com vários profissionais ligados ao Comércio Internacional e das Finanças, enquanto, por parte de mãe, seu avô foi catedrático da Escola de Medicina da Universidade do Brasil e seu tio-avô, da Escola Politécnica. Eugênio Gudín era primo-irmão do seu pai. Em seu ambiente familiar havia muitas pessoas com variadas formações superiores e mesmo pós-graduados em uma época em que isso era raro no Brasil.

Foi o primeiro em todos os vestibulares que fez e melhor aluno da Escola Politécnica, onde se formou em 1957. Lá conseguiu vários feitos inéditos, entre eles ser monitor da cadeira de Mecânica Racional antes de ter cursado a disciplina. Isto lhe valeu a orientação de Maurício Mattos Peixoto e uma ligação com parte do grupo que estava atuando no recém-criado Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) – Alberto Carvalho Peixoto de Azevêdo, Djalma Guedes de Figueiredo e Lindolpho de Carvalho Dias.

Além de ser brilhante, era um homem eminentemente prático. Era dotado de uma memória prodigiosa e tinha uma ética de trabalho que fez com que até os últimos de seus dias úteis, atacado por um câncer devastador, viesse atender aos seus alunos na Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da FGV e lutasse pela sua sobrevivência.

Na década de 1950, O IBRE crescera muito. As Contas Nacionais eram calculadas por ele, bem como as Monetárias eram revistas ali. Os seus índices de preço já tinham repercussão nacional. Este crescimento foi tão forte que a FGV, criada originalmente para aper-

feioar o treinamento e funcionamento do funcionalismo público, ampliou o seu escopo incluindo toda a área de Economia.

Havia, contudo, fortíssima carência de quadros técnicos especializados. Os cursos de graduação em Economia formavam bem, contudo poucos e ainda sem o preparo nas técnicas mais avançadas. A capacidade de pesquisa era muito reduzida.

Por insistência de Eugênio Gudín, Octavio Gouvêa de Bulhões e Alexandre Kafka, a FGV começou um Curso de Aperfeiçoamento para Economistas (CAE), do qual Simonsen se tornou professor. Em 1966, numa famosa reunião em Itaipava (RJ) dos mais relevantes centros que estudavam economia na época, acertou-se que a FGV criaria a primeira pós-graduação em Economia no Brasil. Mario Henrique Simonsen foi o seu fundador.

A sua carreira posterior foi extremamente interessante. Criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), foi Ministro da Fazenda, época em que o país teve altíssimas taxas de crescimento, e depois do Planejamento e teve longa atividade no mundo empresarial como membro de diversos conselhos de administração. Em nenhum momento estas atividades prejudicaram a sua imensa e excelente produção acadêmica, a sua atividade como articulista econômico ou crítico musical.

Simonsen, como Gudín, era engenheiro civil. Ambos, além da excelente formação técnica e notável embasamento teórico, tinham no sangue a cultura de projetos, que foi sendo decantada no Brasil desde que o Visconde do Rio Branco enviou jovens engenheiros brasileiros para estudar no exterior. Um ajudou a criar a FGV, o outro foi um dos seus maiores marcos. Ambos dedicaram a vida a tentar trazer a racionalidade para o centro do pensamento econômico brasileiro.



## **JOSÉ LUIZ BULHÕES PEDREIRA**

Já José Luiz Bulhões Pedreira trafega numa outra avenida. Ele molda a arquitetura institucional do Brasil, modernizando a vida pública e simplificando a rotina das empresas. O grande advogado Bulhões Pedreira é eclético, fazendo um percurso que vai da feitura de sofisticadas legislações, tais como a do setor elétrico brasileiro, até a contribuição para o combate à inflação, na moldura do Plano Real, em 1994.

Discreto, o advogado engendrou, durante mais de 50 anos, um conjunto de realizações, que passaria pela engenharia de projetos, redação das principais leis da Economia e programas públicos, elaboração de planos macroeconômicos governamentais e a formulação dos marcos regulatórios dos setores de infraestrutura e de mercado de capitais.

Suas contribuições estão impressas em legislações tão distintas quanto às dos Códigos de Águas e Navegação, setor elétrico com a introdução de tarifas compatíveis com a realidade do mercado, transporte ferroviário e rodoviário, imposto de renda, sistema financeiro habitacional com a criação do BNH, o FGTS, reforma bancária, correção monetária, criada para restaurar a capacidade de financiamento do setor público. Bulhões Pedreira, junto com os ministros Roberto Campos e Octavio Gouvêa de Bulhões, produz a lei que criou o Banco Central do Brasil.

Em conjunto com Mario Henrique, elaborou a Lei das Sociedades Anônimas, a primeira do mundo que submete o controle definido dos atos do acionista controlador, e não apenas dos gestores das companhias de capital aberto. O conceito foi para evitar o abuso do sócio controlador sobre os demais acionistas. É um código de conduta que seria equivalente hoje aos princípios chamados de governança corporativa.

Para proteger os minoritários, foi criada em paralelo à Lei das S/A a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o que permitiu a fiscalização das bolsas de valores e o desenvolvimento do mercado de capitais. A autarquia nasce com o poder de polícia e foi a responsável por dar segurança aos investidores em ações, sobretudo depois de milhares lesionados no início dos anos 1970.

Em parceria com Octavio Bulhões, o advogado criou o Fundo 157, o que permitia a cada contribuinte do imposto de renda a adquirir quotas de aplicações no mercado acionário. Dessa forma, cada um se tornava sócio indireto de empresas nacionais de capital aberto, o que impulsionou o desenvolvimento das bolsas. A ideia era a democratização do capital, dando a oportunidade aos brasileiros de participarem do capital das empresas como pequenos acionistas. Debruçou-se também sobre mecanismos que permitissem a participação dos empregados nos lucros das empresas. Trabalhou, da mesma forma, com a possibilidade de converter cada brasileiro em acionista das empresas públicas. A mente do advogado não tinha limites para ajudar a impulsionar o mercado de capitais.

Os seus pareceres eram verdadeiros estudos matemáticos. Em 1966, participa da criação do CEPED – o Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino do Direito, que teve uma parceria com a FGV, e foi o precursor dos modernos cursos de Direito.

Mesmo tendo participado de tantas legislações que mudaram a vida do Brasil, Bulhões Pedreira não ocupou cargos públicos – a única exceção foi por um curto período como diretor jurídico do antigo BNDE, convidado por seu amigo Roberto Campos, a quem definia o advogado como “o funcionário público mais barato do Brasil”.

**CARLOS IVAN SIMONSEN LEAL**

PRESIDENTE DA FGV



